CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2339/72

INTERESSADO: ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ

ASSUNTO : Alteração de Regimento

RELATOR : Consº Henrique Gamba

PARECER CEE Nº 963/80 - CTG - APROVADO EM 18/06/80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Diretor da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí submete à apreciação deste Conselho as alterações regimentais referentes ao mandato do Diretor e Vice Diretor e sua recondução bem como as conseqüentes da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979 e Portaria do Ministério de Educação e Cultura nº 1.104, de 31 de outubro de 1979, que dispõem sobre a organização e funcionamento dos órgãos de representação estudantil.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

quadro comparativo dos textos:

1 - <u>Texto do Regimento em vigor, aprovado pelos Pareceres CEE nºs 2929/73 e 698/76:</u>	2 - <u>Alteração proposta:</u>

Art. 13 - A Diretoria será constituída de Diretor e um Vice-Diretor cujos mandatos serão de quatro (4) anos, vedada a recondução sucessiva.

Art. 13 - A Diretoria será constituída de um Diretor e um Vice-Diretor cujos mandatos serão de quatro (4) anos, permitida a recondução.

Art. 70 - o corpo discente terá representação com direito de voz e voto nos órgãos colegiados de administração e de ensino nos termos deste regimento e da legislação vigente.

Art. 70 - o corpo discente, constituído pelos alunos regulares, terá representação ,

- 1 - Texto do Regimento em vigor ,
aprovado pelos Pareceres n°s
2929/73 e 698/76;
- 2 - Alteração proposta:

com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da Escola, na forma disposta neste Regimento e pela legislação pertinente.

§ 1º - Os representantes discentes junto aos órgãos colegiados acadêmicos da Escola serão indicados pelo Diretório Acadêmico.

§ 2º - É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um órgão colegiado acadêmico.

§ 3º - Os representantes estudantis integrarão os colegiados acadêmicos na proporção de até 1/5 (um quinto) do total de seus membros e terão mandato de um ano, permitida uma recondução.

§ 4º - Os representantes estudantis terão suas designações efetivas se preencherem os seguintes requisitos:

A - ser aluno regularmente matriculado;

B - estar cursando, pelo menos, três disciplinas no período letivo.

§ 5º - O não preenchimento de qualquer dos requisitos relacionados no parágrafo anterior em qualquer tempo, implicará a perda do mandato.

1 - Texto do Regimento em vigor, aprovado pelos Pareceres nºs 2929/73 e 690/75:

Art. 71 - Os representantes do corpo discente, um aluno para cada série, terão mandato de um (1) ano, vedada a recondução ou eleição para outro órgão colegiado.

§ 1º - Não poderão ser eleitos alunos:

- I - reprovados em quaisquer disciplinas;
- II - com dependência;
- III - que hajam sofrido punições.

§ 2º - Nenhum estudante poderá integrar simultaneamente mais de um órgão da escola.

Art. 72 - É vedada à representação estudantil qualquer manifestação, propaganda ou ato de caráter político ou ideológico, de discriminação religiosa ou racial, de incitamen-

2 - Alteração proposta:

§ 6º - O exercício das funções de representantes discentes não os exime do cumprimento dos atos escolares previstos neste Regimento.

Art. 71 - A representação estudantil tem por objetivo:

- I - Encaminhar aos órgãos colegiados da Escola e ao Diretor o pensamento e aspirações dos alunos sobre matéria relativa ao ensino em sua forma mais abrangente;
- II - Sugerir providências para maior eficácia do ensino e da aprendizagem;
- III - Concorrer para o congregarmento dos membros da comunidade escolar da Escola.

Art. 72 - Os alunos regulares da Escola constituirão, nos termos da Lei Federal nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, do Decreto Federal nº 84.035, de 1º de outubro de 1979 e da Portaria do Ministério da Educação e Cultura nº 1.104, de 31

1 - Texto do Regimento em vigor, aprovado pelos Pareceres nºs 2929/73 e 693/76:

to, de promoção ou apoio à ausência aos trabalhos escolares e inobservância das normas deste regimento.

Parágrafo único - A inobservância destas normas ou das disposições legais vigentes acarretará, além de outras penalidades cabíveis, a suspensão ou perda do mandato por deliberação do respectivo órgão; cabendo recurso aos órgãos imediatamente superiores.

2 - Alteração proposta:

outubro de 1979, um diretório acadêmico.

§ 1º - A aprovação do Regimento do Diretório acadêmico é de competência da Congregação da Escola.

§ 2º - Caberá, ao Diretório Acadêmico indicar a representação estudantil junto aos órgãos colegiados da Escala, nos termos do artigo 70 e seus parágrafos, deste Regimento.

§ 3º - A forma da escolha da Diretoria do Diretório Acadêmico será:

A-por eleição direta e voto secreto;

B-por maioria simples.

§ 4º - O mandato da Diretoria será de um ano.

§ 5º - A eleição obedecerá ao seguinte procedimento:

A-registro prévio dos candidatos;

B-realização dentro do recinto da Escola;

C-identificação do estudante;

D-garantia do sigilo do voto e, da inviolabilidade da urna;

E-apuração imediata, após o término da votação.

1 - Texto do Regimento em vigor, aprovado pelos Pareceres nºs 2029/73 e 698/76;

Art. 73 - O exercício de quaisquer funções de representação e atividades decorrentes não exonerará o estudante do cumprimento de seus deveres escolares.

Art. 74 - O corpo discente poderá organizar Diretório Acadêmico nos termos da legislação vigente.

2 - Alteração proposta:

§ 6º - O acompanhamento de todo o processo eleitoral caberá a uma Comissão constituída de docentes e estudantes da Escola.

Art. 73 - Ao Diretório é vedada a participação ou representação em entidades alheias à própria Escola.

§ 1º - A participação ou representação do Diretório em qualquer entidade alheia à Escola acarretará na destituição de sua Diretoria.

§ 2º - Os membros do Diretório, destituídos em função do parágrafo anterior, não poderão concorrer a nova eleição, ficando inabilitados por dois anos.

§ 3º - No caso de infringência deste artigo, caberá ao Diretor da Escola destituir a Diretoria do Diretório e promover eleição para nova Diretoria dentro de 60 (sessenta) dias.

§ 4º - Até a posse da nova Diretoria, ficará suspenso o funcionamento do Diretório.

Art. 74 - Caberá ao diretório Acadêmico fixar o valor da contribuição devida pelos respectivos estudantes.

1 - Texto do Regimento em vigor, aprovado pelos Pareceres nºs 2929/73 e 698/76:

§ 1º - Não poderão ser eleitos para dirigentes do Diretório Acadêmico alunos do 1º (primeiro) ano do curso de Graduação, nem os já graduados que frequentam o curso de técnicas desportivas.

§ 2º - Os dirigentes do Diretório acadêmico serão obrigados a prestar contas de sua gestão financeira ao órgão competente da administração, até trinta (30) dias após o encerramento do ano fiscal.

§ 3º - A não aprovação das contas motivada por dolo, ou vícios formais, será objeto de decisão do diretor da escola que proporá à Congregação medidas necessárias para acautelar os interesses da escola.

Art. 75 - Poderá o Diretório Acadêmico formar uma Associação Esportiva do corpo discente, que representará a escola em campeonatos, torneios e competições atlético-esportivas.

2 - Alteração proposta:

Parágrafo único - O Diretório Acadêmico prestará contas de quaisquer recursos que lhe forem repassados pela Escola.

Art. 75 - Os candidatos aos cargos do Diretório Acadêmico somente terão seus registros deferidos se preencherem os seguintes requisitos:

A- ser aluno regularmente matriculado;

B- estar cursando, pelo menos, três disciplinas no período letivo.

1 - Texto do Regimento em vigor, aprovado pelos Pareceres nºs 2929/73 e 698/76:

2 - Alteração proposta:

Parágrafo único - O não preenchimento de qualquer destes requisitos, em qualquer tempo, implicará a perda do mandato.

Às folhas 62 a 66 a Escola interessada anexa copia da Ata da reunião da Congregação que aprovou as alterações regimentais acima relacionadas. O artigo 72 do Regimento atual deve ser mantido, ressalvada, pois, a alteração proposta renumerando-se os demais artigos.

II - CONCLUSÃO

Favorável, nos termos deste Parecer, às alterações regimentais propostas pela Escola Superior de Educação Física da Jundiaí, com ressalva do artigo 72 que deve permanecer o anterior.

Observe-se o disposto na Deliberação CEE nº 34/75.

São Paulo, 17 de junho de 1980

a) Consº Henrique Gamba - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Armando Octávio Ramos, Célio Benevides de Carvalho, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Nicolas Bóer, Paulo Gomes Romeo e Tharcísio Damy de Souza Santos.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 17 de junho de 1980

a) Consº Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

A Consa. Maria Aparecida Tamasso Garcia apresentou Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 18 de junho de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

PROCESSO CEE Nº 2339/72

PARECER CEE Nº 963/80

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto a favor da redação proposta pela escola do Art. 72 pois a legislação federal, inclusive a Constituição Federal, já constitui garantia suficiente da ordem.

São Paulo, 18 de junho de 1980.

a) Consa. MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA